

**CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**

**RELATÓRIO E PARECER CONCLUSIVO DO
ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO
DO EXERCÍCIO DE 2021**

Emitente: Controladoria Geral Interna – CGI

Gestor responsável:

Tiago de Souza (Presidente de 01/01/2021 a 31/12/2021)

Exercício: 2021

Castelo, ES, março de 2022

Unidade Administrativa: Câmara Municipal de Castelo/ES

Documento: Relatório e parecer conclusivo do órgão central de controle interno do exercício de 2021.

Abreviatura: RELUCI.

Natureza: Relatório.

Matéria(s): Controle interno.

Exercício: 2021.

Data de Elaboração: 15/03/2022.

Responsáveis: Tiago de Souza (Presidente de 01/01/2021 a 31/12/2021) e Anderson Pereira (Controlador-Geral Interno).

Base normativa: Instrução Normativa TCE/ES nº 68/2020, Anexo III.

MANIFESTAÇÃO DO ÓRGÃO CENTRAL DE CONTROLE INTERNO SOBRE A PRESTAÇÃO DE CONTAS ANUAL - PODERES

Emitente: Controladoria-Geral Interna (CGI)

Entidade: Poder Legislativo do Município de Castelo/ES

Gestor responsável: Tiago de Souza (Presidente)

Exercício: 2021

1. RELATÓRIO:

1.1. Introdução:

Observando o que dispõe o artigo 74 da Constituição Federal de 1988, bem como o que dispõe o artigo 59 da Lei Complementar nº 101/2000 – LRF essa unidade de controle interno realizou, no exercício supramencionado, procedimentos de controle, objetivando apoiar o controle externo no exercício de sua missão institucional.

Os pontos de controle selecionados para análise tiveram por base a Tabela Referencial (TR) do item 1.1.3 do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 68, de 08/12/2020, e alterações posteriores, a partir da qual houve constatações e proposições sugeridas, emitindo-se, ao final, o parecer conclusivo.

1.2. Constatações e proposições

Mais do que explicar pontualmente cada ponto de controle, transcrevendo de maneira integral partes da tabela, optamos, ao reverso, por explicar sucintamente os achados, até porque alguns dos objetos de auditoria não

constavam da Tabela Referencial (TR) do item 1.1.3. do Anexo III da Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020:

a) Despesas com pessoal (códigos 1.4.8, 1.4.9. e seguintes da TR):

Mesmo com a vigência da Lei Complementar Federal nº 173/2020, que instituiu limitações quanto ao aumento de despesas com pessoal, a Câmara Municipal de Castelo efetuou o provimento de 06 (seis) cargos efetivos decorrentes da aprovação em concurso público realizado em 2018 e homologado em 01/04/2019.

Consultado, o gestor informou que os provimentos se deram em atenção a Termo de Ajuste de Conduta celebrado com o Ministério Público Estadual e ao item 1.2. do acórdão TCE/ES nº 01355/2021-5 - 1ª Câmara, sendo possível constatar que previamente realizou procedimentos para avaliar as condições financeiras e orçamentárias do Legislativo para atender tais despesas, constando estimativa do impacto orçamentário-financeiro, declaração do ordenador sobre a adequação e compatibilidade da despesa com as leis orçamentárias vigentes e constatação de que as metas fiscais não serão afetadas, o que se mostrou adequado no exercício de 2021 pois a despesa com pessoal do Poder Legislativo ficou em R\$ 3.228.310,90 – 2,54% da receita corrente líquida do Município, abaixo dos limites preconizados pela legislação.

Outro item que merece pontuação diz respeito ao reajuste 3,92%, retroativo ao mês de março de 2020, que foi concedido aos servidores do Poder Legislativo, a título de revisão geral anual, pela Lei Municipal nº 4.027, de 16/12/2020.

A Câmara, atendendo a decisão monocrática proferida no processo TCE/ES nº 00839/2021-8, suspendeu, por meio do Ato nº 68/2021, o referido reajuste, que, por sua vez, foi restabelecido por decisão judicial liminar concedida no mandado de segurança nº 5001394-84.2021.8.08.0013, da Comarca de Castelo/ES, cujo cumprimento se deu por meio do Ato nº 71/2021, sendo que por último a Câmara recorreu da liminar por meio do agravo de instrumento, processo nº 5007483-65.2021.8.08.0000, e no dia 19 de janeiro de 2022 a liminar foi suspensa por decisão do Tribunal de Justiça, suspendendo, consequentemente, o pagamento do acréscimo remuneratório de 3,92%, situação vigente até esse data.

Quadra salientar que foi proposta no Tribunal de Justiça ação direta de inconstitucionalidade, processo nº 0017560-24.2021.8.08.0000, pedindo a declaração de inconstitucionalidade da lei municipal que concedeu o aumento, devendo o gestor estar atento ao julgamento dessa ação pois ela definirá a validade ou não do aumento e seus efeitos para a Câmara e os servidores.

b) Ausência de Registro de Admissão (código 2.5.37 da TR):

A Câmara Municipal de Castelo em 09/03/2018 baixou edital para a realização de concurso público para provimento de cargos efetivos.

Aplicou as provas em 16/12/2018 e teve seu resultado final homologado em 01/04/2019.

As nomeações e posses dos servidores efetivos se deram segundo a tabela abaixo:

Servidor(a)	Cargo	Data da Nomeação	Data da Posse e
-------------	-------	------------------	-----------------

			Exercício
Wagner Boa Nova Medeiros	Técnico em Contabilidade	15/01/2020	17/02/2020
Cleuton Bello Gonçalves	Auxiliar de Serviços Administrativos e Legislativos	26/03/2021	03/05/2021
Ademar Rosa Júnior	Técnico em Informática	26/03/2021	03/05/2021
Simoni Fazolo	Procurador Legislativo	16/04/2021	03/05/2021
Raquel Ramos Sobreira	Oficial Administrativo e Legislativo	04/08/2021	03/09/2021
Vinicius da Silva	Auxiliar de Serviços Administrativos e Legislativos	04/08/2021	03/09/2021
Bárbara Altoé Marques	Analista de Controle Interno	04/08/2021	10/09/2021

Consultado o módulo CidadesWeb do Tribunal de Contas do Estado verifica-se, em atos de pessoal, que não consta informações sobre o concurso ou a nomeação do candidato aprovado.

A esse respeito o gestor informou que as medidas a esse respeito estão sendo tomadas, sendo que, na presente data, a remessa referente ao concurso público foi feita e homologada e a remessa relativa aos servidores também já foi realizada, sanando assim possível inconsistência.

c) Servidores públicos ocupantes de cargos comissionados (código 2.6.1 da TR):

Foi verificado que algumas atribuições que se relacionam mais a de cargos efetivos estão sendo desempenhadas por servidores ocupantes de cargos em comissão, cuja função precípua destina-se à direção, chefia e assessoramento.

Consultado o gestor ele informou que a Câmara Municipal de Castelo aplicou as provas do concurso público em 2018, seu resultado foi homologado em 2019 e todos os aprovados já foram nomeados, tomaram posse e entraram

em exercício, de modo que em 2021 a maior parte das atribuições afetas aos servidores efetivos foram cometidas a eles.

Mesmo assim recomenda-se a adoção das providências necessárias para o cumprimento de maneira integral deste preceito.

d) Tecnologia da informação e portal de transparência:

Foi objeto de apontamento no relatório do exercício passado a necessidade de aperfeiçoamento das ferramentas online, notadamente do portal de transparência.

Se em 2020 tais melhoramentos não foram feitos em 2021 isso ocorreu a contento mediante a contratação de empresa para reformulação integral do site e implantação de inúmeras ferramentas que vieram a melhorar a transparência ativa e passiva do Legislativo.

e) Controle da execução dos contratos:

Embora não tenha sido observado nenhum indício de irregularidade na execução das despesas referentes a contratos, a ponto de não revelar inconsistências no seu cumprimento, é digno de registro que o Legislativo poderia aperfeiçoar os mecanismos de controle dos bens e serviços recebidos, o que tornaria consequentemente melhores alguns procedimentos de liquidação.

Assim, a aquisição de papéis, envelopes, capas de processo, café em pó, combustíveis e sonorização volante, por exemplo, poderiam ser instados a um melhor controle, já que se tratam de bens e serviços de fruição periódica, revelando maior clareza para prevenir erros e facilitar a fiscalização.

1.3. Da gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal:

Quanto à gestão orçamentária, financeira, patrimonial e fiscal, tomando-se por base os parâmetros da Tabela Referencial do Anexo III Instrução Normativa TCE-ES nº 68/2020, a Controladoria verificou que o gestor atendeu aos preceitos normativos vigentes, devendo ser destacado o cumprimento de todos os limites e metas financeiros e orçamentários, sobretudo no que tange às despesas de caráter continuado com pessoal, ressaltando, finalmente, que o Legislativo cumpriu sua obrigação com todos os servidores, vereadores e fornecedores em 2021, devolvendo ainda saldos financeiro e orçamentário para a Prefeitura de Castelo, o que evidencia o equilíbrio e parcimônia das contas do Legislativo Municipal.

2. PARECER DO CONTROLE INTERNO:

Examinamos a prestação de contas anual elaborada sob a responsabilidade de Tiago de Souza, exercente do cargo de Presidente da Câmara Municipal de Castelo no exercício de 2021.

Em nossa opinião, tendo como base os objetos e pontos de controle avaliados, elencados no item 1 desta manifestação, a referida prestação de contas se encontra regular, mesmo com as ressalvas feitas, tendo em vista que a Câmara Municipal de Castelo demonstra o cumprimento das normas inerentes à gestão orçamentária, financeira, patrimonial, fiscal e operacional, observando, no objeto auditado, a legalidade, legitimidade e economicidade na gestão dos recursos públicos.

Castelo, ES, 15 de março de 2022.

ANDERSON PEREIRA

Controlador-Geral Interno